

Pauta Específica

Reitoria sai das intenções para o compromisso e faz concessões parciais... mas ainda nos deve muito

Auxílio alimentação tem 20% de reajuste e novo aumento será discutido em março

A negociação entre reitoria e Sintunesp, realizada no dia 6 de dezembro, apresentou avanços em relação à reunião anterior. Diante da insatisfação dos servidores e da pressão do Sindicato, o reitor Marcos Macari anunciou o atendimento parcial de algumas das reivindicações contidas na pauta específica, como veremos a seguir. Porém, o Sintunesp considera que a folga orçamentária das universidades permite que outras justas reivindicações fossem contempladas e que, por isso, a mobilização da categoria deve continuar.

O Sintunesp esteve representado na reunião pelos diretores Luiz Carlos de Freitas Melo (Botucatu), Wagner Alexandre (Araçatuba), Olga da Conceição F. Santos (IA), Alice da Silva Leite Vieira (aposentada/Marília), Maria Tereza C. Azevedo (aposentada/Marília), Cinara Maria Ciqueira Rovai (Rio Claro), Jair Lopes de Souza (Marília) e Reinaldo Cervatti Dutra. Pela reitoria, além do reitor, estavam presentes os professores Júlio Cezar Durigan, pró-reitor de Administração, e Kléber Tomás Resende, chefe de gabinete.

1) Vale alimentação

A reitoria informou que já consta na peça orçamentária aprovada pelo CADE para 2008 um reajuste de 20% sobre o valor atual. Com isso, dos atuais R\$ 132,00 iríamos para R\$ 158,40. A proposta será apreciada na próxima reunião do CO, em 13/12. O professor Macari comprometeu-se a discutir novo reajuste em março/2008.

O Sintunesp insistiu na necessidade de isonomia com os servidores da USP e de concessão do benefício a todos os servidores, sem restrição de faixa salarial.

2) Portarias 540 e 541/05

Em relação à reivindicação de revogação destas portarias, que restringiram o pagamento destes benefícios, o professor Durigan voltou a dizer que não é possível. Segundo ele, a situação anterior às portarias dava espaço para que alguns servidores se beneficiassem “indevidamente”. Como exemplo, citou o caso de servidores que se afastavam para campanha política e continuavam recebendo os vales. O pró-reitor prometeu verificar a possibilidade de conceder o vale aos servidores em licença pós-cirúrgica, caso o PGSST possa ter controle da situação.

3) Vale transporte

Tendo em vista a morosidade com que a administração vem tratando a reivindicação da categoria de transformar o vale transporte em vale combustível (para aqueles que assim o desejarem), o Sintunesp solicitou maior agilidade. O professor Durigan informou que iniciará uma pesquisa na próxima semana (a partir de 10/12) sobre o interesse do servidor em receber esse benefício e falou da complexidade da operação. Segundo Durigan, há cerca de 1.100 funcionários que poderiam receber o vale transporte, mas que abrem mão do benefício. A preocupação da administração é que, se o vale for convertido em combustível, estes servidores pleiteiem o direito, o que aumentaria os custos.

Durigan destacou, ainda, que é obrigação da Universidade conceder o vale transporte para aqueles que utilizam condução coletiva para se dirigir ao trabalho, mas não para quem usa veículo próprio. “É tomar cuidado com o Tribunal de Contas”, alertou.

4) Plano de Carreira

Em relação à solicitação do Sintunesp, de que seja concedida uma referência para todos os funcionários, o professor Macari disse que só se manifestará após estudo do impacto financeiro. O reitor lembrou, ainda, que está na pauta da próxima reunião do CADE a aprovação de seis emendas ao Plano e que isso trará implicações substanciais nas faixas de níveis salariais.

As emendas ao Plano de Carreira a que se refere o reitor são as seguintes:

- Retirar a expressão “Formação Específica na área de informática” do perfil de analista de informática;
- Que os índices sejam, respectivamente, 75% para ADP e 25% para qualificação, quando da avaliação para promoção;
- Que a promoção se efetive anualmente contemplando 33,33% dos servidores;
- Que as readequações ao Plano de Carreira sejam implementadas em 2008;
- Que na avaliação da qualificação seja computada a participação do servidor em órgãos colegiados locais e centrais, bem como as comissões deles originadas, participação em CIPA, Sindicato e Associações;
- Que os servidores que tiveram sua amplitude alternada carreguem o seu respectivo grau, visando a melhor adequação à nova reestruturação da carreira, e que o impacto financeiro desta operação seja melhor detalhado.

5) Plano de saúde

O pró-reitor de Administração informou que o edital de licitação (para a definição da operadora que tocará o Mais Unesp Saúde) está sendo elaborado e que, posteriormente, será analisado pela Assessoria Jurídica da Universidade. A intenção é que o edital seja publicado no início do ano, logo após a aprovação da peça orçamentária/2008. O professor Marcos Macari alertou para o fato de que os servidores que não aderirem ao plano em sua fase inicial deverão se submeter a valores vigentes à época de sua adesão. Destacou que, quanto maior o número de adesões, menor o custo.

6) Auxílio Creche

O professor Durigan comunicou que submeterá ao CADE a proposta de reajuste da concessão do Auxílio Criança, de forma a atender o servidor que trabalhe em unidade que não possui CCI instalado. A proposta é reajustá-lo de R\$ 35,00 para R\$ 100,00. O total atinge 12 crianças.

7) Licença-prêmio

O pró-reitor de Administração voltou a dizer que é inconstitucional o pedido de conversão de 1/3 da licença-prêmio em pecúnia.

8) Ajuda de custo para quem faz pós-graduação

O professor Durigan disse que vê com “bons olhos” essa possibilidade e sugeriu que a proposta seja levada ao CADE.

Os precatórios

O pagamento dos precatórios é um dos principais pontos na pauta específica dos trabalhadores da Unesp. Durante a negociação do dia 6/12, o reitor voltou a afirmar que sua administração está empenhada em pagá-los. Para atingir tal objetivo, estabeleceu como política a inserção de rubrica própria sobre os precatórios no orçamento da Universidade. Para 2008, foram destinados R\$ 2,4 milhões, podendo este valor ser alterado, dependendo da disponibilidade financeira. Segundo apurou o Sintunesp, este valor só é suficiente para quitar os precatórios até 1996. Os anos de 1997, 1998, 1999 e 2000 ficariam para depois. Segundo o pró-reitor de Administração, professor Júlio Cezar Durigan, a previsão de pagamento de todos os precatórios, que correspondem a R\$ 50,6 milhões, é de nove anos. Ainda de acordo com Durigan, o pagamento será retomado de forma gradual. Ele informou a criação de uma comissão (com membros da APLO, PRAD e AJ) para estudar uma proposta de cronograma. Na reunião do CADE dos dias 17 e 18 de outubro, o representante técnico-administrativo Aurélio Teixeira, de Rio Claro, foi indicado para a comissão.

O Sintunesp e os representantes dos servidores, membros do “Chapão”, questionam o pagamento de uma parcela tão pequena dos precatórios e lembram que a própria reitoria vem afirmando dispor de uma reserva superior a R\$ 100 milhões em caixa. Ou seja, a situação financeira da instituição permitiria destinar um valor maior para pagamento dos precatórios.

Hospitais universitários

Uma das reivindicações da pauta específica é a redução da jornada de trabalho para o pessoal da área de saúde. O reitor disse novamente que não é possível atendê-la, alertando para os problemas enfrentados pela Unicamp na justiça. O diretor do Sintunesp Luiz Carlos de Freitas Melo informou ao reitor a existência de fortes boatos, novamente, de que os hospitais universitários serão desvinculados. O professor Macari deu sua opinião sobre o assunto, dizendo-se favorável à estadualização.

O Sintunesp criticou a postura do reitor, frisando que há um grande temor por parte da categoria com a possibilidade de desvinculação. É importante que este debate se amplie nas universidades estaduais paulistas e entre seus trabalhadores, para que nenhuma proposta nos seja empurrada goela abaixo. Como ficaria a situação dos trabalhadores dos HU's?

Na pauta unificada de reivindicações entre docentes e servidores das universidades, em relação aos HU's, o Fórum das Seis pede: “Preservação da vinculação dos Hospitais Universitários com as universidades, aprimorando seu caráter público, revertendo toda a forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, com financiamento público adequado para o seu funcionamento, mantendo-os como importante instrumento da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.”

Pauta específica dos servidores das unidades experimentais

Cobrado sobre o atendimento da pauta específica dos servidores técnico-administrativos das unidades experimentais, o professor Macari disse que começou a visitá-las, mas que outros compromissos obrigaram-no a parar. O reitor informou que se reuniu com os prefeitos das cidades onde a Unesp tem campi experimentais e que todos concordaram em renovar o convênio. A exceção ficou por conta da prefeitura de Rosana, cuja prefeita solicitou audiência com o professor Macari para discussão do assunto. O reitor disse que todos os convênios serão submetidos aos mesmos critérios e que não serão concedidos privilégios a nenhuma das prefeituras.

Nova reunião

O professor Macari comprometeu-se a continuar discutindo os itens da pauta específica dos servidores, inclusive os das unidades experimentais, em nova reunião no mês de fevereiro.